

ARTES DE REEXISTÊNCIAS FEMINISTAS: A ECONOMIA CRIATIVA E SOLIDÁRIA DE MULHERES RURAIS E ARTESÃS

Elaine de Araújo Carneiro¹

Laís Velloso Borges²

Jailma dos Santos Pedreira Moreira³

Resumo: Esse artigo propõe uma reflexão sobre modos de produção de mulheres artesãs e rurais. Nesse sentido, buscamos debater a economia solidária e criativa encontrada nas práticas e movimentos coletivos destes sujeitos femininos. Para tanto, utilizamos ferramentas da crítica cultural feminista, através do diálogo com autoras e autores como: Toledo (2017), Federici (2019), Paredes (2015), Adichie (2012), Moreira (2008, 2011, 2015), Costa (2015), Singer (2002), Messeder (2020), entre outros. Dessa forma, nos debruçamos sobre experiências de agricultoras e artesãs, através de uma revisão bibliográfica e de dados colhidos em pesquisa de campo. Assim, percebemos, em contraponto ao pagamento e exploração capitalista-patriarcal que se impôs sobre tais mulheres, bem como as formas como estas têm recriado a economia e a si mesmas, propondo outros saberes, outros modos de vida, mais sustentáveis, solidários, ao tempo que se afirmam enquanto sujeitos de direitos, apontando, também, para um feminismo comunitário, para outro mundo possível.

Palavras-Chave: Mulheres rurais e artesãs. Economia criativa e solidária. Capitalismo/patriarcal. Feminismo comunitário.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural da UNEB. Endereço eletrônico: elaineacarneiro@hotmail.com.

² Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural da UNEB. Endereço eletrônico: laisvellosoborges@gmail.com.

³ Profa. Dra. do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural da UNEB. Endereço eletrônico: jpedreira@uneb.br.

ARTS OF FEMINIST REEXISTENCIES: CREATIVE AND SOLIDARITY ECONOMY OF RURAL ARTISIAN WOMEN

Abstract: This article aims at reflecting on the means of production of rural, artisan women. In this sense, we seek to debate the solidarity and creative economy that we found in the collective practices and movements of these female subjects. For this purpose, we underscore the feminist cultural criticism with authors such as Toledo (2017), Federici (2019), Paredes (2015), Adichie (2012), Moreira (2008, 2011, 2015), Costa (2015), Singer (2002), Messeder (2020), among others. Therefore, we probed into the experiences of female rural workers and artisans through a bibliographic review and data collected in field research. Thus, we have perceived, in counterpoint to the capitalist-patriarchal wages and fares, the exploitation inflicted upon those women, and the ways and strategies in which they have recreated the economy and themselves, producing other knowledges, other ways of life, more sustainable in solidarity, at the same time they ascertain as righteous subjects, pointing out to a feminist community as another possible way of social world.

Keywords: Rural and artisans women. Creative and solidarity economy. Patriarchal capitalism. Community feminism.

Algumas palavras iniciais: as sementes lançadas

Com esse texto buscamos fazer uma breve reflexão sobre modos de produção de mulheres rurais e artesãs, observando as marcas de uma economia solidária e criativa que desenvolve. Nesse sentido, no primeiro tópico discutimos sobre como o apagamento, a exploração patriarcal/capitalista se impôs sobre mulheres agricultoras e artesãs, desde os tempos feudais, ao mesmo tempo que sinalizamos tanto as renovações dessa expropriação ainda hoje, como o movimento de resistência que estas mulheres sem-

pre imprimiram nesse texto, através de suas lutas e demandas. Nessa linha, no tópico seguinte, enfocamos as práticas de produção de artesãs, verificando como estas mulheres vão tecendo uma economia subjetiva e solidária. No tópico posterior, o foco recai sobre mulheres rurais, destacando a política de sustentabilidade e de expressividade, traduzindo propostas e direitos, que empreendem, através da agricultura familiar e da rede construída de mulheres, que tem como símbolo a Marcha das Margaridas. Por fim, ao término do texto, retomamos essa economia criativa e solidária dessas mulheres rurais e artesãs, imprimindo uma relação com o feminismo comunitário, ao costura uma luta contra o aparato de saber patriarcal e capitalista, sua narrativa única disseminada.

O apagamento/a exploração patriarcal/capitalista de mulheres rurais e artesãs

Ledo engano é considerar que a opressão da mulher é natural ou proveniente dos primórdios da civilização. Para Cecília Toledo (2017), a subalternidade feminina foi tramada no seio da implantação do sistema capitalista quando expropriou as terras das mulheres camponesas, fechou as pequenas oficinas das artesãs e imprimiu a estas e a outras trabalhadoras a divisão sexual do trabalho, encerrando, portanto, o sistema feudal e imprimindo, no mundo, um novo modo de produção individualista, absolutamente exploratório e com vieses patriarcais. Sobre esta relação naturalizada entre opressão feminina e capitalismo patriarcal, Cecília Toledo (2017, p. 19), em sua obra *Gênero e Classe*, ainda nos alerta que “a história da origem da opressão das mulheres mostra que as mulheres nem sempre foram oprimidas. Sua opressão se deve às transformações econômicas e sociais advindas do surgimento da propriedade privada e da sociedade de classes”.

A opressão, nessa linha, deve ser compreendida como um conjunto de atitudes que o capitalismo e o patriarcado insistiram e insistem em praticar contra as mulheres, objetivando manter seus corpos e *devires* aprisionados nos recônditos espaços domésticos e homogeneizados num claro apagamento das pluralidades femininas. É a histórica opressão feminina que carrega o fato da invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres, seja ele considerado doméstico, reprodutivo, de produção, campesino ou artesanal.

Concentrando nossas observações nas mulheres rurais e artesãs, percebemos que estes grupos de mulheres foram as categorias proletárias, que, talvez, tenham sido as primeiras que travaram lutas antifeudais e contra o incipiente poder capitalista e, justamente por isso, foram perseguidas, violentadas e “eliminadas” pelo capitalismo. É sobre essa história de luta e resistência que Silvia Federici (2019) vai pontuar, como destacamos abaixo:

É na luta antifeudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal. A luta contra o poder feudal produziu também as primeiras tentativas organizadas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer relações mais igualitárias entre mulheres e homens (FEDERICI, 2019, p. 45).

Assim, Silvia Federici (2019), na obra *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, argumenta que artesãs e agricultoras foram ativas nas lutas proletárias medievais, quando a necessidade foi criar tensões e rasgos no poder medievo e, conseqüentemente, militar contra a ordem capitalista incipiente. A autora já destaca os vestígios de um movimento de mulheres que se opunha à opressão e discriminação, fazendo ressoar um grito feminino e feminista que busca o comunal, a criação de outras possibilidades que refutem as relações desiguais entre homens e mulheres.

Em nossa contemporaneidade, as mulheres, em geral, ainda vivem sob uma narrativa patriarcal e capitalista repleta de apagamentos, exploração, divisão sexual do trabalho, misoginia, racismo, sexismo, aprisionamento dos corpos, maternidade compulsória, heterossexualidade obrigatória e tantas outras violências físicas e simbólicas, dentre outras mazelas sociais. Nesse texto de opções diversas, mas que resultam no caminho único da opressão e invisibilização, buscamos destacar alguns pontos que têm recaído sobre o corpo, o cotidiano e trabalho de mulheres artesãs e trabalhadoras rurais, dificultando-lhes outra possibilidade de vida, com dignidade e direitos.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequenas e Médias Empresas – SEBRAE (2018), as principais dificuldades enfrentadas pelas artesãs, em ordem decrescente, são ausência de valorização (33%), falta de apoio de instituições e governo (28%), dupla jornada (25%), pouca rentabilidade (20%) e falta de visão do mercado (13%).

Tendo por base dados ofertados pelo Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), as agendas políticas das mulheres rurais comumente são voltadas para a luta pela reforma agrária, acesso das mulheres à propriedade da terra, pelos direitos sociais e previdência social, contra a dupla jornada de trabalho, contra as diversas formas de discriminação e violência, contra a ausência de visibilidade e reconhecimento à contribuição econômica, política e social das mulheres rurais; contra a fome, a pobreza, exploração, dominação e pela igualdade para as mulheres do campo e da floresta. Essas mulheres em geral são agricultoras familiares, acampadas e assentadas da reforma agrária, assalariadas rurais, meeiras, extrativistas, quilombolas, pescadoras/marisqueiras artesãs e ribeirinhas.

Tecendo uma intersecção entre os motes das lutas artesãs e das trabalhadoras rurais encontramos a invisibilidade

feminina, a feminização da pobreza, a divisão sexual do trabalho, a agrura da jornada dupla e a ausência de políticas públicas que condena essas mulheres a uma vida de opressão, de miséria, de violências, que inviabiliza, portanto, o *dever* dessas mulheres, a possibilidade de serem outras, serem sujeitas de direitos, terem outra identidade, respeitando, é claro, as pluralidades identitárias imbricadas neste processo a fim de não incorrerem no “perigo da história única” (ADICHIE, 2012).

Sobre esse assunto, inclusive, a pesquisadora Suely Aldir Messeder (2020) sinaliza, destacando ainda o apagamento do saber-fazer dessas mulheres:

[...] incomodava-me a invisibilidade das marcas corpóreas [...] dessas sujeitas, pois além do fato dessas marcas (classe, raça, gênero, prática sexual, regionalidade, nacionalidade) não serem sopesadas havia a sensação de que o conhecimento dessas mulheres não era reconhecido devidamente (MESSEDER, 2020, p. 157).

Como podemos perceber, a invisibilidade que se abate sobre os corpos das artesãs e das trabalhadoras rurais é antiga, proposital e construída. Parece que nunca foram percebidas enquanto corpo-mente que movimenta, cria, produz um saber, uma economia a ser considerada. Dessa palavra composta retiraram-lhe a mente, as possibilidades criativas e lhe atribuíram somente o corpo como predicativo a ser explorado. Nessa esteira de exploração, muitos agentes a dominam: o capitalismo, o Estado, o patriarcado e tantos outros que buscam naturalizar essa opressão, não ouvir essas mulheres, seus saberes e ensinamentos.

Com isso, cada etapa do processo capitalista é intrinsecamente relacionada aos aspectos vilipendiosos e perversos da acumulação primitiva; essas mulheres, sujeitas, acabam sendo a *subgente* retratada por Souza (2018, p. 32): “à ralé restará sempre um lugar subalterno, vítima da exploração econômica, da exclusão política”. Assim, o existir do capi-

talismo está alicerçado na subalternidade das mulheres e na feminização da pobreza, como constatou Silvia Federici (2017, p. 191):

Na nova organização do trabalho, todas as mulheres [...] tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, [...]. Esta foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada.

A feminização da pobreza foi um efeito crucial do desenvolvimento do capitalismo sobre a vida das mulheres e continua as abatendo, cotidianamente, uma vez que a faceta patriarcal do capitalismo está intrinsecamente relacionada ao sexismo.

A divisão sexual do trabalho, tão desenhada pelo sistema capitalista, oprime às artesãs e as trabalhadoras rurais de duas formas: pelo princípio de separação (a construção discursiva de que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e pelo princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as mulheres trabalhadoras e exploradas pelo sistema cultural-econômico patriarcal-capitalista vigente no Brasil. Ele legitima a ideologia naturalista e rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduzindo as práticas sociais à “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA, 2007 *apud* BARROSO, 2010).

Efetivamente, toda a horda de submissões e marginalizações perversas que assolam as vidas de mulheres, em destaque as artesãs e as trabalhadoras rurais, se concretizam na ausência de políticas públicas, no reforço de um sistema econômico neoliberal que transfere toda a agenda e delibe-

ração para o capital financeiro, os mercados, as empresas privadas, inviabilizando outras lógicas, excluindo dos processos de decisão os sujeitos, ou as sujeitas, como as artesãs e as trabalhadoras rurais, como postulam as pesquisadoras abaixo.

O sistema econômico neoliberal vigente tem sido responsável por uma insustentabilidade econômica, política e social, principalmente em países do terceiro mundo, ocasionadas, principalmente pelo a) deslocamento das funções de regulamentação da economia do Estado para mercados financeiros; b) deslocamento dos organismos de representação da cidadania por empresas privadas; e c) descrédito da política e de suas instituições e a marginalização dos cidadãos dos processos de decisão econômica e social (OLIVA *apud* PACHECO, 2019, p. 81).

Apesar disso, desse quadro histórico e naturalizado de opressão, exploração e invisibilização de mulheres rurais e artesãs, estes sujeitos femininos têm resistido e criado outros modos de vida para si, produzindo outros saberes sobre si mesmas, sobre a economia, sobre o mundo. Com uma escuta sensível, um olhar atento e decolonial, visto que aberto a outros conhecimentos, outros modos de ser e fazer, podemos perceber o tecido micropolítico costurado por essas mulheres, as outras sementes que semeiam, o artesanato feminista que tecem, viabilizando o desabrochar das vozes-margaridas, de um outro mundo possível.

O artesanato feminista: tecendo uma economia subjetiva e solidária

Marginalizado, invisível, relacionado à fragilidade feminina, doméstico e obrigatório para as mulheres que seriam “donas de um lar”, assim era o perfil do artesanato; logo, estão, em meio a estas características, expostas algumas das marcas da opressão que pesam sobre as artesãs. Entretanto, as lutas coletivas das artífices ressignificaram o labor artesa-

nal e, com um olhar deslocado, como sinalizamos, podemos encontrar o artesanato político, traduzindo abordagens plurais do universo feminino e feminista, expressando, entre os pontos e bordados, outro modo de vida que vai se tecendo, um outro lugar para a mulher artesã que vai se reivindicando/desenhando. Como exemplo bem claro desse artesanato político podemos citar *as arpilleras* do Chile, que através da costura de imagens feitas de tecido e distribuídas clandestinamente, denunciaram abusos e violências realizadas pela ditadura militar.

No Brasil, os coletivos de artesãs *Linhas do Horizonte* e o *Linhas de Sampa*, surgiram em 2016, também com esse perfil de protesto, logo após a deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff (CARRETIN, 2019). As mulheres do *Linhas de Sampa* nos alertam para o seu bordado político, suas ferramentas e técnicas de luta, pespontando outros saberes, para si, para a economia e seu entorno: “Nossa forma de luta é o quadradinho de tecido (panfleto bordado) com as bandeiras que defendemos e que se prende em roupas, sacolas e bolsas. Bordamos em locais públicos, conversamos com os passantes expondo nossas ideias e distribuimos nossa produção” (Coletivo Linhas de Sampa, 2017 *apud* CARRETIN, 2019, p. 43).

Assim, a política ou micropolítica artesã feminista está disseminada em nosso país, pois este tem sido um caminho alternativo e acessível para mulheres que foram relegadas à impossibilidade, ao espaço doméstico como lugar de aprisionamento e desvalorização, à pobreza com cara feminina, como já vimos anteriormente. O número expressivo dessas mulheres e o seu ajuntamento tem resultado em coletivos, que têm funcionado como dispositivos a propiciar uma outra economia subjetiva e cultural. Assim, a rede solidária que vai se formando entre essas mulheres, vai ajudando a traçar esse artesanato feminista, suas artes de reexistência. É, nesse sentido, que Cecília Toledo (2017, p. 19) afirma que “Cada

mulher é uma mulher [...], mas a saída definitiva para a sua condição de inferioridade não é individual [...]”. Assim, a coletividade econômica, o empreendimento solidário, a cooperação tecida na rede feminina tem ampliado, significativamente, o poder de luta das mulheres artesãs.

Nesta trama coletiva, encontramos o desenvolvimento da Economia Solidária, um conjunto de atividades econômicas (produção, distribuição, consumo, poupança e crédito), que geram trabalho e renda, regidas por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, sustentabilidade, desenvolvimento integral e compromisso social. É uma estratégia que nasceu das oposições e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, formada por atividades socioeconômicas, de modo associativo e autogestionário. Elas implicam transformações na sociedade, pois criam espaços de solidariedade dentro do sistema capitalista, possibilitando uma alternativa de luta para as vítimas de um sistema falho e excludente, à medida em que propõem uma via para se reposicionar e mudar o paradigma imperante. Paul Singer (2002) nos traz uma visão desta organização alternativa, fundada não na busca desenfreada do lucro, mas sim no valor inerente ao trabalho como qualidade fundamental do ser humano. Ele considera que, “em uma sociedade ideal igualitária, a economia deveria ser solidária, aquela em que os participantes da vida econômica cooperam entre si, ao invés de competir” (SINGER, 2002, p. 8). Nessa linha, o valor humano sobrepõe-se ao capital. A vida, portanto, é o maior bem, e deve ser digna para todos.

Comungando com esta perspectiva, percebemos também, na cena, a Economia Criativa, visto que busca estabelecer uma relação entre a tecnologia, a inovação, a cultura, a criatividade e a sustentabilidade, carregada por valores simbólicos. Segundo Chedid (2010, p. 35), o pesquisador e professor britânico, especialista na área, John Howki, em seu livro *The Creative Economy*, defende que é justamente a relação que se dá entre a economia, a criatividade e o campo

simbólico que constitui a Economia Criativa. Dessa forma, é por esse prisma que observamos as artes de re-existência de mulheres rurais e, neste tópic, das artesãs. Verificamos como essas mulheres têm recriado a economia, criando outra forma de produção, que não se desvincula de valores primordiais para uma sociedade que prime por igualdade de oportunidades e direitos. É nesse sentido, que se preocupam umas com as outras, ajudam-se mutuamente e, acabam, com isso, com esse artesanato coletivo, criando uma outra forma de produção, que não precisa excluir-descartar o outro; ao mesmo tempo que se reinventam, pois se redescobrem com capacidade, negada pelo capital patriarcal, de produzir, de pensar, de ser e ensinar outras formas de coexistência no mundo.

A tese de Doutorado de autoria de Vera Lúcia Barbosa, intitulada *Mulheres e Artesanato: um 'ofício feminino' no povoado do Bichinho/Prados-MG*, revela que um grupo composto por 20 (vinte) mulheres artesãs desenvolve, na Associação Comunitária do Bichinho, técnicas diversas. Vera Barbosa (2014) relata que as mulheres não se identificavam como sujeitas; os *devires* identitários, material e simbólico ocorreram a partir do “empoderamento,” viabilizado através da renda, fruto do labor artesanal, realizado de forma coletiva em todos os processos. A pesquisadora ainda relata que esse “empoderamento as trouxe uma vivência, uma forma de estar no mundo onde a tomada de consciência das habilidades e competências geraram ações que envolvem ‘produzir, criar e gerir’” (BARBOSA, 2014, p. 53).

Já a pesquisadora Viviane Guimarães Pereira (2017), ao observar o movimento de mulheres artesãs em Itajubá, no sul de Minas Gerais, vai constatar os efeitos dessa produção coletiva que une criatividade e solidariedade, produzindo outra economia existencial. Segundo Pereira (2017), as artesãs fundaram uma associação denominada *Artes da Terra*, que, embora não tenha sede, promove o encontro dessas mulhe-

res, semanalmente, às sextas-feiras e sábado, na feira organizada na Praça Getúlio Vargas do município citado. Além disso, contam com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas da Universidade Federal de Itajubá — INTECO-OP/UNIFEI, visto que, nesta, as 14 artesãs se reúnem periodicamente. Como resultado de todo esse trabalho coletivo, Pereira (2017) confirma que as artesãs produzem para além de peças artesanais, pois criam, sobretudo, uma outra percepção de si, de subjetividade, de individualidade e coletividade. A artesanania produzida, portanto, funciona como ato de resistência ao apagamento capitalista patriarcal. Uma resistência e reexistência criada, por meio de um trabalho cooperativo, solidário, uma “luta ativa”, que traduz um “processo sensível e que está intrinsecamente ligado ao modo de perceber-se sujeito histórico” (PEREIRA, 2017, p. 86).

Isabella D'Ercole (2020), destaca em sua pesquisa, sobre mulheres artesãs, o traço de autonomia conseguido com o trabalho coletivo, em contexto de grande vulnerabilidade social, principalmente para as mulheres. Investigando o artesanato feminino no Vale do Jequitinhonha, ao norte de Minas Gerais, a autora ressalta que esta localidade é conhecida como Vale da Pobreza, pois há anos vem sendo assolado pela seca, pela mineração e por isso aparece com frequência no topo do Mapa da Desigualdade. Nesse contexto, mulheres artesãs encontraram no artesanato um novo recurso para sobreviver e passaram a utilizar matérias-primas que vem do barro e dos frutos regionais. Relata-nos, ainda, a autora que o artesanato, atividade que virou característica da região, diminuiu o êxodo rural, possibilitou que as mães ficassem perto dos filhos e ajudou a combater problemas de autoestima. Com todo esse processo, esse trabalho coletivo desenvolvido pelas mulheres artesãs, esse modo de produção outro, criado em meio a feminização da pobreza, “o artesanato tornou-se para as mulheres do Vale, que costumavam ter a voz reprimida, um meio de expressão” (D'ERCOLE, 2020, p. 58).

Já a trama do trabalho artesanal para mulheres cearenses e suas relações com os códigos de gênero foi o foco de Hayeska Costa Barroso (2010), ao analisar o trabalho desenvolvido com o artesanato e as imbricações com o gênero inseridas na vida de mulheres artesãs participantes do Projeto *Movimento das Mulheres Empreendedoras* (PMME). O trabalho artesanal foi relatado como construtor da identidade dessas mulheres, pois a partir dele as artesãs passaram a pensar em si mesmas e a revelar uma habilidade que as legitima socialmente e que gera reconhecimento e valorização públicos. A artesanaria, produzida coletivamente, proporcionou a tessitura de identidades e de potencialidades dessas mulheres, o que as permitiu traçar novos rumos e perspectivas.

No Maranhão, um grupo de artesãs foi alvo de investigação do pesquisador Paulo Fernandes Keller (2011), que analisou o trabalho e a produção artesanal em fibra de Buriti nas Cidades de Barreirinhas e Tutóia. Segundo o autor, a produção artesã ocorre na cooperativa ARTECOOP, de Barreirinhas, e na Associação de Artesãs, de Tutóia, e é baseada nos princípios e valores do cooperativismo e do associativismo, gerando uma mercadoria que tem valores mercantil, cultural e simbólico. Keller (2011) relata ainda que, em 2004, as artesãs começaram a participar de feiras e a adquirir êxito comercial, o que gerou a aquisição de prêmios e participação em diversas semanas de moda em grandes centros urbanos do país. Através do artesanato, conforme Keller (2011), às mulheres vislumbraram a possibilidade de sua autonomização, não apenas no sentido econômico, também em relação à comercialização nos espaços públicos, encerrando um *status quo* de inferioridade e subalternidade históricas.

O Artesanato de si: nós, pontos e alinHAVOS, na teia da agência, é o tema do capítulo III da tese de Doutorado da professora e pesquisadora Jailma dos Santos Pedreira Moreira (2008). A pesquisadora traz, à cena, as trilhas do grupo

Mulheres de Fibra, composto por integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) da cidade de Santa Luz, situada no nordeste baiano, conhecido como território do sisal. A autora relatou como as mulheres têm criado um modo de produção artesanal cooperativo e solidário, desenvolvido entre elas com as fibras do sisal, produzindo, por exemplo, bolsas, que são tecidas sempre a mais de duas mãos e leva o nome das mulheres que a confeccionaram na etiqueta, como uma forma de registro contra o apagamento do trabalho desenvolvido, neste caso, de uma mulher produtora.

A pesquisadora, também, destaca a importância, para o trabalho cooperativo, dos encontros realizados toda segunda-feira, em uma associação do povoado Miranda do município de Santa Luz, promovendo não só as trocas subjetivas entre elas, durante o labor artesanal, assim como as fissuras em casa, durante a ausência destas mulheres, que impulsionam, por exemplo, os companheiros a assumir outros papéis no espaço doméstico. Nessa linha, em pleno semiárido baiano, as mulheres se descobrem como produtoras, autogestoras, com capacidade de negociar e de se reinventar. Participam de diversos encontros estaduais, nacionais e até fora do país, expondo os trabalhos, reivindicando políticas públicas e participando de cursos, por exemplo, sobre gênero, promovidos por grupos universitários e ONGs. É, dessa forma, que o artesanato de si vai se desenvolvendo, que essas mulheres vão se retecendo, rompendo os limites econômicos-subjetivos impostos pelo capitalismo-patriarcal.

Assim também pudemos perceber em Alagoinhas, município do litoral norte baiano. Nesta cidade, um mercado central ganhou o nome do artesão, mas quem preenche os cômodos, ou lojinhas, comumente chamados de box, são as mulheres, que são maioria no espaço. Dessa forma, o Mercado do Artesão é palco, por exemplo, para as artesãs fuxiqueiras (aquelas que trabalham reinventando os retalhos) realizarem trocas e processos produtivos coletivos⁴. Nesse sentido,

alinham juntas, trocam matérias primas (tecidos, miçangas, linhas, enfeites etc.) e modelagens; confidenciam problemas conjugais, familiares, financeiros, alegram-se mutuamente com as conquistas familiares e pessoais de cada uma, aconselham-se sobre qualquer aspecto, elogiam-se, dentre outros compartilhamentos sócio-afetivos. Dessa forma, não é raro encontrarmos uma artesã dividindo o box com outra, assim como é comum encontrarmos uma mulher cuidando da lojinha da outra, enquanto esta sai para resolver algum problema. O parâmetro é a solidariedade e não a exclusão, o ganhar dinheiro para si acima do valor humano.

Com isso, tais mulheres vão tecendo outros desenhos para elas mesmas, vão ganhando autonomia, autoestima, vão produzindo um outro saber sobre si, sobre a atividade econômica. Vão, nesse movimento subjetivo-cultural de re-existência, conquistando um lugar considerado político tanto na Associação dos artesãos quanto no Conselho de Cultura do Município.

É importante frisar que são muitas as dificuldades que essas mulheres transpassam, que o capitalismo e o patriarcado ainda estão extremamente presentes em suas vidas, naturalizaram ruas e avenidas por onde passam, renovam seus tentáculos, entretanto, essas mulheres vão nos ensinando a arte, a técnica, de retecer a vida todo dia, retomando os retalhos, as fibras, a argila, a palavra amena, o cuidado, a solidariedade, o afeto, o compartilhamento, o choro/a alegria e toda espécie de matéria fundamental, muitas vezes desprezada, para recuperar nossa existência humana em sociedade. Elas vão nos ensinando a formar redes, a (se) re-conhecer, a semear outras sementes para o jardim reflorir.

A rede de mulheres rurais: a política da sustentabilidade, as vozes solidárias das Margaridas

A ideia de reconhecimento pode estar atrelada ao entendimento da importância e contribuição de alguns sujeitos ou grupos sociais na construção simbólica e/ou material em que se empenham. No entanto, podemos deslocar essa noção e entendê-la como um movimento de conhecer-se novamente, considerando aquilo que escapa no eu, que não foi percebido, para ser encontrado no(a) outro(a). Uma identificação que nos parece própria dos mais comuns encontros entre duas ou mais mulheres, que resistem à ideia de rivalidade alimentada pelos imperativos patriarcais.

Percebemos que, aos poucos, o fenômeno do encontro entre sujeitos historicamente oprimidos tem se intensificado na construção de coletivos, principalmente aqueles formados por mulheres, dada as mais variadas formas de violência em que foram e são submetidas. Histórias de dor e luta, que atravessam, em alguma medida, a experiência social da existência feminina em diferentes partes do mundo e em diferentes contextos históricos e políticos, são motivações que proporcionam a realização das *primaveras*.

O termo *primavera feminista*, advindo da caracterização das ondas diversas e concomitantes de protestos e levantes populares de mulheres em intersecção, principalmente no contexto de redemocratização do Brasil, nos remete a uma outra revolução das flores: a Marcha das Margaridas. Cabe-nos, aqui, ressaltar que estamos pensando em uma outra conotação do termo flores, menos associada às concepções tradicionais de feminilidade, enquanto uma identidade fixada para apropriação de corpos considerados frágeis e dóceis. Um breve conhecimento sobre a vida e a trajetória de Margarida Maria Alves, inspiradora da Marcha das Margaridas, nos encaminha para perceber as potencialidades, ocultadas sob esses discursos sexistas.

Margarida foi a primeira sindicalista de movimentos de trabalhadores rurais e uma das mais importantes e emblemá-

ticas figuras femininas que encabeçaram ações e movimentos pelos direitos trabalhistas, políticos e sociais de mulheres agricultoras. Depois das constantes ameaças que sofria por denunciar grandes fazendeiros e latifundiários e por lutar pelos direitos trabalhistas de homens e mulheres explorados nas lavouras de Lagoa Grande-PB, foi assassinada no ano de 1983. Denunciado tal processo à Comissão Internacional de Direitos Humanos, a morte de Margarida se configurou como atentado à democracia, assim como o assassinato de Marielle Franco, ocorrido décadas depois e com as mesmas motivações. Parece sempre oportuno refletir sobre o paralelo entre a luta pelos direitos humanos e a política do medo instaurada para silenciar as vozes dessas mulheres.

Contrariando a lógica do silenciamento, a Marcha das Margaridas surge como um movimento que ecoa a voz de Margarida, não apenas como uma memória às suas ideias, mas como um chamado para articulação política de mulheres do campo, tendo em vista propostas que anunciem outros modos de produção, de economia e de conhecimento. Questionando a centralidade desses setores, a Marcha, que acontece de quatro em quatro anos em Brasília (DF), reúne mulheres agricultoras, mulheres da floresta, quilombolas, mulheres das águas e artesãs, além de outros seguimentos associativos organizados nos diversos territórios do país, assim “tornou-se amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação de mulheres no Brasil” (OBSERVATÓRIO DA MARCHA DAS MARGARIDAS, 2017, p. 2).

Marchar no espaço onde está fisicamente instalada a sede do governo pode ser uma performance simbólica que traduz os deslocamentos do corpo e das ideias sedimentadas e essencializadas sobre mulher rural. Esse campo do simbólico e do representativo, na Marcha das Margaridas e em outras mobilizações femininas em diferentes espaços, anunciam uma nova cena que considera a mulher agricultora rural como sujeito de direito que tem voz, que mobiliza diferentes

saberes e que pode protagonizar a luta pelos direitos da coletividade: uma construção não apenas política, mas cultural e subjetiva que se faz na relação com a outra para uma percepção novamente de si.

Podemos notar, na leitura dos manifestos da edição de 2015 e 2019 da Marcha das Margaridas e nos caminhos de pesquisa e contato com mulheres agricultoras, um ecoar que afirma sempre um “nós, mulheres agricultoras rurais...” ou um “sou uma mulher da roça...”. Percebemos, em enunciações como essas, a construção subjetiva que perfaz uma autopercepção, agora, sob novas imagens e novos espelhamentos, reconstruídos pelo difícil caminho de reconhecimento e visibilidade da mulher rural como agente de mudança que produz, criativamente e coletivamente, outros rebentos. Assim, o ato de perceber o outro e de se perceber faz deslizar o signo fixado, cria uma existência e produz uma subjetividade cultural (MOREIRA, 2015, p. 76).

Talvez pudéssemos dizer que as mulheres do Movimento de Trabalhadoras Rurais (MMTR), por exemplo, de Inhambupe-Ba, se reconhecem como Margarida e com as Margaridas, dada a participação delas na última edição da Marcha, em 2019, e a identificação com as pautas, demandas e motivações de luta⁴. Com um histórico de engajamento comunitário e ações diversas no território em que pertence, o MMTR de Inhambupe caminha sempre para um entrelace com outros movimentos de mulheres, tecendo uma rede baseada na coexistência de saberes e de seus agentes. Neste sentido, ao arriscarmos denominar essa teia como um feminismo contemporâneo, já que agrega, agora, a mulher do campo, da roça, da floresta e artesãs como vozes insurgen-

⁴ A pesquisa sobre/com mulheres trabalhadoras rurais de Inhambupe (BA) foi iniciada em janeiro de 2020 e tem sua finalização prevista para março de 2022, junto com o término da dissertação de mestrado de Elaine Carneiro Araújo, intitulada *Modos de resistência, modos de existência: políticas públicas e mulheres agricultoras de Alagoinhas e Inhambupe*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da UNEB.

tes, “é fundamental não perder de vista a relacionalidade entre o local e o global, percebendo, diríamos, o feminismo “glocal”, que sempre fora esquecido ou desconsiderado, mesmo por ativistas que não percebem o alcance de suas lutas ou valor dos seus questionamentos “menores” (MOREIRA, 2011).

Ativando uma perspectiva crítica cultural, estamos sempre jogando com a ideia do “menor”, do subalterno enquanto um campo de ativação de potência simbólica e, também, orgânica para pensarmos as práticas culturais como possibilidades de desconstrução e reconstrução política e social, enquanto estratégias para superação das desigualdades. Neste sentido, a economia solidária e criativa surge como uma alternativa superior ao capitalismo selvagem, sustentado, historicamente, sobre corpos de mulheres, principalmente de mulheres negras. Sob essa premissa, a exploração e as técnicas violentas capitalistas ultrapassam o campo econômico, a medida em que elaboram processos de subjetivação que anulam as forças desses sujeitos e as suas possibilidades de pensar e materializar outras formas de estar no mundo. Por esse motivo, suas pequenas produções agrícolas, artesanais, textuais podem ser (auto)interpretadas com um sentido de desvalor, de insignificância: é sobre este imperativo que a economia solidária e criativa se contrapõe.

Para compreender como a economia solidária e a criativa podem estabelecer essa outra perspectiva de economia, sustentada por princípios de cooperação e solidariedade, consideramos oportuno trazer a seguinte afirmativa de Singer (2002, p. 114):

A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, consumidoras etc., uma vida melhor... na liberdade de cada um escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia da atividade produtiva... de participar

plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado.

Podemos destacar, na citação de Singer, dois pontos que principiam a economia criativa e solidária. No primeiro, sobre a ideia de segurança, que pode ser interpretada como a rede afetiva que perfaz a construção comunitária de mulheres rurais em movimento, salientamos também a produção da agricultura familiar em conjunto com a segurança alimentar. Este modo de produção aponta para uma nova política do cuidado, cuidado de si e cuidado com o mundo. Enquanto os sistemas de abastecimento e consumo capitalistas sustentam as práticas do agronegócio e suas técnicas agressivas de exploração contra trabalhadores e contra a preservação dos recursos naturais, a agricultura familiar, realizada quase que em sua maioria por mulheres rurais, na contramão destas operações, propõe e desenvolve estratégias sustentáveis para o manejo dos recursos naturais em campos comunitários de produção, para recuperação de áreas degradadas e para distribuição e comercialização de alimentos orgânicos.

Analisamos uma das cartilhas que compõem o material de divulgação e formação da Marcha das Margaridas e observamos que, em um processo constante de constituição e articulação teórico-prática, a Marcha constrói eixos temáticos para condução de debates e ações efetivas. Um desses eixos se refere à agricultura familiar, sempre sob os princípios que elencamos anteriormente. Os subtítulos desta cartilha são elaborados em forma de perguntas, como: por que a Marcha das Margaridas traz a luta por soberania alimentar em um dos seus eixos? Em resposta, temos a explicação:

Porque, para as margaridas, o alimento é uma necessidade essencial. Isso quer dizer que a sobrevivência humana depende do acesso ao alimento e nesse sentido ele se constitui como um direito humano fundamental. A produção, o acesso e a distribuição de alimentos são indispensáveis para o funcionamento de uma sociedade. Por isso, as

mulheres do campo, da floresta e das águas defendem sistemas alimentares agroecológicos, mais equilibrados, que garantam a soberania e a segurança alimentar e nutricional do nosso povo (CARTILHA MARCHA DAS MARGARIDAS, CADERNO 2, CONTAG, 2008, p. 4).

Podemos observar, portanto, uma enunciação que reivindica, antes de tudo, o direito à vida, à segurança alimentar e nutricional. Seria preciso, então, reafirmar o papel da mulher rural na garantia deste direito fundamental, e novamente salientar a potência do “menor”, como falamos anteriormente. Imaginemos pequenas agricultoras em um movimento de percepção de si, construído pela afirmação de que elas garantem a vida em resistência às políticas da morte, aos agrotóxicos e a toda forma de envenenamento capitalista e patriarcal.

No segundo ponto, ainda sobre a citação de Singer a respeito dos princípios e garantias da economia solidária e criativa, destacamos a participação nas decisões que afetam os agentes dessa outra perspectiva econômica e social. Neste sentido, tanto a Marcha das Margaridas, quando o MMTR de Inhambupe, ambos em conexão, inscrevem em suas agendas e pautas a garantia de participação política. A Marcha, em constante diálogo com órgãos governamentais e institucionais, elabora propostas, documentos, solicitações, cartas coletivas, forjando essas ferramentas para garantir o direito à democracia e à soberania popular. Percebemos, em uma breve análise de alguns desses documentos e publicações, a relação que essas mulheres estabelecem entre democracia e luta por igualdade e participação política. Observamos essa relação na leitura do manifesto da Marcha de Margaridas, de 2015: “...não aceitaremos nenhuma forma de golpe. Não aceitamos os ataques à democracia e exigimos respeito à escolha soberana do povo nas urnas”. O contexto político, desta edição da Marcha, estava permeado por diversos ataques à democracia. Um deles, já pré-denunciado por essas

mulheres, se referia aos arranjos que culminaram no golpe parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Mencionando mais uma vez a participação do MMTR de Inhambupe na ação das Margaridas, podemos utilizar a noção de deslocamento *geo/corpo-político* (COSTA, 2015) para enfatizar essas redes de relacionalidades, saberes múltiplos e proliferação de lugares, e considerar o movimento desse território como mais um exemplo de formação política e subjetiva da mulher rural. Essa construção, feminista, solidária e criativa ultrapassa o labor do campo, do plantio e da colheita. São mulheres que transitam por diferentes campos (economia, política, educação) e arrematam todos eles em uma rede que contraria a segmentação fragmentária da organização social capitalista e patriarcal.

Artes de reexistência: a economia criativa e solidária de mulheres/o feminismo comunitário

As questões mais expressivas de reflexão e percepção sobre mulheres rurais e artesãs, elencadas na tessitura deste texto, rondam os postulados do *feminismo* enquanto uma concepção teórico-prática deste conceito. A produção simbólica-subjetiva e material dessas mulheres nos leva a considerar este fundamento duplo: o campo da prática é também um campo de saber. Neste viés, o movimento de deslocar o olhar para outras experiências femininas, nos leva a reafirmar *os feminismos*, como já tem sido considerado por pesquisadores, escritoras, e por aquelas que se propõem a refletir sobre *o perigo de uma história única*, como nos diz Chimamanda Adichie (2009).

O perigo de um pensamento unilateral, de uma única narrativa, um saber, de uma única experiência fundante, pode ser metaforizado para atingir uma compreensão mais precisa deste incômodo. Para isso, enfatizamos novamente as potências do trabalho das mulheres agricultoras rurais, considerando a atuação destas na agricultura familiar. Este

outro modo de produção, em comunhão com os princípios da economia solidária, elabora estratégias de policultura, cultivando diferentes tipos de alimentos. Assim, esta prática esportiva sempre priorizando o cuidado com o solo, como o combate à desertificação, ao desmatamento e a compactação e infertilidade do solo: consequências da monocultura sob práticas agro-econômicas capitalistas (FREITAS, 2009).

O solo inóspito do agronegócio é combatido pela multicultura de alimentos e por outras práticas sustentáveis. É neste sentido que também refletimos sobre o conhecimento homogêneo, unilateral, e mesmo sobre um feminismo acadêmico e fechado em seus fundamentos teóricos e em redes discursivas “autorizadas” para manutenção de uma *monocultura outra do pensamento*. Sobre isso, Vandana Shiva, filósofa e ativista ambiental, nos alerta:

A principal ameaça à vida em meio à diversidade deriva do hábito de pensarmos em termos de monoculturas, o que chamei de ‘monoculturas da mente’. As monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção e, conseqüentemente, do mundo. Adotar a diversidade como uma forma de pensar, como um contexto de ação, permite o surgimento de muitas opções (SHIVA, 2003, p. 15).

Ainda, nesta perspectiva, podemos repensar o trabalho das mulheres artesãs, agora, como uma fuga às regras fordistas de produção, visto que, a criatividade e a invenção, em conformidade com a proposta de negação às monoculturas, e também, às regras do modelo industrial capitalista, nos parece próprias do ofício. O artesanato, neste sentido, prespõe a inconformidade com as regras cartesianas: a mão da costura pode ser a mesma que dá o nó, arremata e finaliza sua arte para protagonizar, do início ao fim, o processo criativo. Além disso, visualizamos neste caminho inventivo, o próprio artesanato de si, como já vimos, pois, esta ideia de protagonismo também aponta para uma formação subjetiva

dessas mulheres que, cada vez mais, reivindicam sua existência enquanto agentes de transformação social em suas singularidades individuais e coletivas.

Esta (re)invenção de si perfaz um movimento paralelo, relacionado a outras (re)invenções. Recriar ou reapropriar o termo *feminismo* seria mais um movimento inventivo, tecido por mulheres que manejam outros saberes, principalmente, sobre elas mesmas e sobre o seu lugar, o seu território. Nesta perspectiva, Julieta Paredes (2015) vem nos falar de um *feminismo comunitário*: um contraponto às centralidades discursivas que institucionalizaram o conceito primeiro desta categoria política e social. Paredes, autodenominada como mulher aimará, busca redefinir o termo feminismo a partir de uma “política do nomear”, que seria uma inflexão aos fundamentos eurocêntricos deste movimento. Assim, reflete:

Os conceitos que estamos pensando com esperança no mundo vêm de nós...Como dizem também: de onde vêm esses conceitos? Dos povos originários... é importante que as academias e que nossas irmãs mulheres também possam servir de ponte...nas propostas que nós estamos levando conosco. E nós, como Feminismo Comunitário, temos muitas propostas, conceituações e criatividade que não nascem somente de nós, mas que nascem da luta e do diálogo. Nós somos um movimento plurinacional ou podemos chamar de “pluripovos”, de muitos povos (PAREDES, 2015, p. 14).

Os encaminhamentos da nossa conversa, neste texto, cruzam em vários pontos com a citação acima. Percebemos nela, uma reivindicação de inclusão de novas narrativas e saberes no campo acadêmico e social, uma consideração que afirma a resistência feminina com uma marca que traduz o sentido mais aproximado da ideia de coletividade, de comunidade. A criatividade, relacionada a outros pontos como propostas e conceituação, imprime na citação de Paredes o que já pudemos refletir aqui em termos de economia solidária e criativa: a construção em rede e a afirmação de um

“nós”, que sempre indica um cuidado de si, um cuidado com o mundo.

Estamos aí, estudamos e damos aula, fazemos oficinas, e, novamente estamos com os movimentos, porque somos um movimento social para nutrir, falar e aprender. Desconstruímos, inventamos didática, dinâmica, canções, poesia...milhares de coisas para proteger, aprender, posicionar nossos povos e proteger-nos também dentro deles (PAREDES, 2015, p. 37).

Parece claro que o feminismo comunitário não se trata apenas de uma construção conceitual, de um modelo, mas de uma experiência prática, inventiva, criativa. Por isso, ele consegue sustentar e nutrir o que temos percebido nas nossas trajetórias de pesquisa e nas nossas reflexões sobre/com mulheres agricultoras e artesãs. Neste sentido, acreditamos que entramos em outro movimento que nos leva a questionar não apenas quem são essas mulheres, mas, quem podemos ser juntas. As artes de reexistência de mulheres artesãs e rurais nos convidam a fazer parte desse movimento, desse feminismo que se percebe comunitário a tantas outras mulheres, tantas outras pessoas, respeitando suas lutas, mas propondo um ajuntamento de margaridas, um replantar de novas sementes, conscientes de que podemos e devemos, como um imperativo de vida contra a morte, retecer o mundo.

À título de arremate

Como podemos perceber, mulheres rurais e artesãs têm recriado, através da economia criativa e solidária que desenvolvem, outras formas de resistência e existência, perante o capitalismo-patriarcal. Ao efetivarem sua produção, sob as marcas do cooperativismo, da colaboração mútua, da tessitura de si em meio à trama do trabalho, não desvinculam deste fazer o saber e o cuidado sobre si e sobre o mundo.

Com isso, em contraponto à monocultura autodestrutiva, à separação corpo e mente que tanto afetou/inferiorizou as mulheres, plantam outros saberes, incluindo elementos essenciais como matéria prima da economia subjetiva. Entre tantas técnicas, como agricultura familiar, a coletividade/a rede tem sido um dispositivo forte, que tem constituído a Marcha das Margaridas, o ecoar de suas vozes e direitos, o ensinar de um caminhar em outras direções possíveis, inclusive para essas mulheres, para o feminismo, que pode ser mais comunitário, convidando-nos a ajudar a recriar, com tantas flores, sujeitos e contextos diversos, os bordados seus, nossos, do mundo.

Referências:

ADICHIE, Chimamanda. *O Perigo da História Única*. Vídeo da palestra da escritora nigeriana no evento Technology, Entertainment and Design (TED Global 2012). Disponível em: <https://papodehomem.com.br/o-perigo-de-uma-unica-historia/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *A essência das coisas não visíveis*. Conferência Anual – Ted Global 2009 – de 21 a 24 de julho Oxford, Reino Unido.

BARBOSA, Vera Lucia. *Mulheres e Artesanato: um 'ofício feminino' no povoado do Bichinho/Prados-MG*. DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v17n1p141152. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=295&ap=1&nw>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BARROSO, Hayeska Costa. *A trama do trabalho artesanal para mulheres cearenses: desvendando códigos de gênero*. *Fazendo Gênero*, n. 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Acesso em: 1 mar. 2021.

BOLDRIN, Juliana. *Mulheres artesãs no sul de Minas Gerais*. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 16, n. 45, 2020. DOI: 10.3895/rts.v16n45.11368. Acesso em: 28 fev. 2021.

CARETIM, Carolina. *O novo significado dos trabalhos manuais no feminismo*. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/o-novo-significado-dos-trabalhos-manuais-no-feminismo-12abb728b3a7/2019>. Acesso em: 28 fev. 2021.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos descoloniais e a construção de saberes próprios nas zonas de contato/tradução. p. 256-280, In: Dalcastagné. Regina, LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. *Espaço de gênero na literatura contemporânea* (Org.). Porto Alegre: Zouk Editora, 2015.

CHEDID, Samira. *Economia criativa*. Disponível em: <https://www.politize.com.br/economia-2010>. Acesso em: 28 fev. 2021.

D'ERCOLE, Isabella. *O Artesanato que deu autonomia Financeira As Mulheres*. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/carreira/o-artesanato-que-deu-autonomia-financeira-as-mulheres/2020>. Acesso em: 28 fev. 2021.

FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FREITAS, Patrícia Honório de. Um Novo Olhar do Sertão: Avaliação Participativa do Projeto Policultura no Semiárido. *Revista Brasileira de Agroecologia/nov* Vol. 4 No. 2009.

KELLER, Fernandes Paulo. Trabalho artesanal em fibra de buriti no Maranhão. *Cadernos de Pesquisa EDUFMA*, v. 18, n. 13, 2011. Acesso em: 28 fev. 2021.

MANIFESTO MARCHA DAS MARGARIDAS 2015. ObservatórioMarcha das margaridas. Disponível em: observatorio.margaridas.org.br. Acesso em: 28 fev. 2021.

MESSEDER, Suely. *Pensamentos Feministas Hoje: perspectivas coloniais*. São Paulo, Bazar do Tempo, 2020.

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. *O Artesanato de Si: uma leitura do devir matriarcal a partir de Rachel de Queiróz*, 2008. 216f. Dissertação (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, UFBA, Bahia.

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Reescrita de si: produções de escritoras subalternizadas em contexto de políticas culturais. *Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea*, v. 1, p. 71-88, 2015.

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Feminismos locais na sala de aula. In: SANTOS, Cosme Batista. GARCIA, Paulo César Souza. SEIDEL, Roberto Henrique (Org.). *Crítica Cultural e educação básica*. Cultura Acadêmica: São Paulo-SP. 2011. p. 325-344.

PAREDES, J. Despatriarcalización: Una respuesta categórica del feminismo comunitario (descolonizando la vida). *Revista de Estudios Bolivianos*, v. 21, p. 100-115, 2015.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Jessé de. *A Classe Média no Espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Estação Brasil, São Paulo, 2018.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

SPYER, Tereza. Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. Entrevista. *Revista v. 3 n. 2: Giro decolonial II: Gênero, raça, classe e geopolítica do conhecimento*. 2019.

TOLEDO, Cecília. *Gênero e Classe*. São Paulo: Sundermann, 2017.

[Recebido: 5 jun. 2021 — Aceito: 12 jul. 2021]